

# Para uma História das Ideias Políticas: Maquiavel e Erasmo ou as duas faces da luta entre o poder e a moral\*

DIOGO FREITAS DO AMARAL

## I

### O PODER LIBERTO DA MORAL: MAQUIAVEL

**Vida e obra de MAQUIAVEL.** - MAQUIAVEL nasceu em 1469 e morreu em 1527, com 58 anos. Nasceu em Florença. É importante ter presente que ao tempo não existia a Itália como país unificado: existiam várias cidades independentes, parecidas com as diferentes *pólis* da Grécia antiga. Os maiores potentados eram, além de Roma (o Papado), Veneza, Milão, Nápoles e Florença. Foi nesta última que viveu MAQUIAVEL.

MAQUIAVEL pertencia à classe média: era filho de um licenciado em Direito. Em 1498 foi nomeado Secretário da segunda chancelaria de Florença, cargo que ocupou até 1512. Não foi nunca um governante, mas um alto funcionário público. Também foi encarregado de várias embaixadas : quatro ao rei de França, uma ao Imperador da Alemanha e

---

\* Extracto de um manual de *História das Ideias Políticas* em preparação, a partir de lições dadas ao 1º ano de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

duas ao Papa. Mas a dada altura caiu em desgraça, retirando-se da vida pública para uma modesta casa de campo em San Casciano.

Foi então que redigiu a sua obra mais conhecida e mais célebre - «O Príncipe», escrita em 1513-1514, mas publicada apenas em 1531, quatro anos após a sua morte. Este livro foi oferecido a LOURENÇO DE MEDICIS, ou Lourenço O Magnífico, de quem o autor queria obter o favor de um emprego. Outros livros de história e traduções escreveu MAQUIAVEL, mas o mais importante, além daquele, foi sem dúvida o dos «Discursos sobre os Primeiros Dez Livros de Tito Lívio»<sup>1</sup>.

O nome de MAQUIAVEL é universal, embora talvez seja hoje mais conhecido pelo adjetivo «maquiavélico» e pelo substantivo «maquiavelismo», muito aplicados, de resto, fora da política.

A sua obra foi efectivamente muito contestada, designadamente pela Igreja Católica, em cujo *Index* dos livros proibidos esteve colocado «O Príncipe» de 1559 até 1850.

MAQUIAVEL é, todavia, como vamos ver, um nome grande da História das Ideias Políticas. Como se diz no epitáfio que existe no túmulo dele, «NICCOLÒ MACHIAVELLI : nenhum elogio poderia igualar a simples menção deste nome»<sup>2</sup>. Na verdade, MAQUIAVEL é o único escritor cujo nome, adjetivado, designa um modo de fazer política e, até, um modo de ser e de agir na vida social em geral<sup>3</sup>.

**O pensamento político de MAQUIAVEL. Ideia geral.** - MAQUIAVEL já escrevera os *Discorsi* sobre a Primeira Década de Tito Lívio e aí tivera

<sup>1</sup> Seguiremos a edição original italiana, publicada no vol. IV das *Opere complete di NICCOLÒ MACHIAVELLI*, 9 vols., Milão, ed. «Per Giovanni Silvestri», 1820, p. 5-139 (abreviadamente, Ed. It.). São também de assinalar a edição americana, NICCOLÒ MACHIAVELLI, *The Prince and the Discourses*, com um prefácio de MAX LERNER, «The Modern Library», Nova York, 1950, p. 1-98 (abreviadamente, Ed. Am.), e a edição inglesa, MACCHIAVELLI, *The Prince*, com uma introdução de GEORGES BULL, ed. «Penguin Books», Middlessex, 1983 (abreviadamente, Ed. Ing.). Em português pode consultar-se *O Príncipe de Maquiavel*, tradução de CARLOS E. DE SOVERAL, ed. «Guimarães Editores, Ltda.», Lisboa, 1984 (abreviadamente, Ed. P.). Esclareça-se que não são recomendáveis outras edições portuguesas, nomeadamente as que incluem a tradução do *MACHIAVELL commenté par BONAPARTE*, Paris, 1816, uma vez que tais comentários não são autênticos, mas uma obra apócrifa publicada para atacar NAPOLEÃO (cfr. PAUL JANET, *Histoire de la Science Politique dans ses rapports avec la Morale*, Paris, «Librairie Félix Alcan», 1913, vol. I, p. 600).

<sup>2</sup> Cfr. M. PRÉLOT - G. LESCUYER, *Histoire des idées politiques*, Paris, «Daloz», 11<sup>a</sup> ed., 1992, p. 165. V. também J. V. DE PINA MARTINS, *Maquiavel (Nicolau)*, in «Enciclopédia Verbo», vol. 12, col. 1393-1395.

<sup>3</sup> Como nota com toda a razão LEO STRAUSS, *NICCOLÒ MACCHIAVELLI (1469-1527)*, in L. STRAUSS e J. CROSEY, *History of Political Philosophy*, 2<sup>a</sup> ed., 1973, p. 272.

oportunidade de proclamar os seus ideais republicanos. A República seria, em última análise, preferível à Monarquia. Mas depois, caído em desgraça, saudoso das proximidades do poder, pretendendo reconquistar um cargo público pelo favor de um monarca, o Secretário Florentino dedica-se à redacção de «O Príncipe». E confessa expressamente que o seu objectivo é «obter o favor de um príncipe».

Resolve então oferecer a Lourenço de Médicis, o Magnífico, aquilo que julga possuir de mais valioso : nem cavalos, nem armas, nem panos de ouro, nem pedras preciosas, mas antes «o conhecimento das acções dos grandes homens, adquirido numa longa experiência das coisas modernas e numa continuada leitura das antigas»<sup>4</sup>.

Estas as fontes principais do pensamento político de MAQUIAVEL - a «experiência das coisas modernas» e a «leitura atenta das coisas antigas». Note-se que MAQUIAVEL não é um historiador, mas é porventura o primeiro a servir-se da história para conseguir compreender a política e formular regras de acção para os governantes. O Secretário Florentino tem, aliás, a noção de que a natureza humana é sempre a mesma, é constante e imutável, motivo pelo qual é lícito recorrer à história para entender o presente ou para prever o futuro<sup>5</sup>.

O livro, que contém uma escassa centena de páginas e se desdobra em 26 capítulos, está redigido sob a forma de recomendações a um Príncipe. MAQUIAVEL receia que se tome por presunção o facto de um indivíduo de baixa condição discorrer sobre a actuação dos príncipes, mas logo se justifica explicando que, assim como quem desenha uma paisagem se tem de colocar na planície para contemplar as elevações e no cimo dos montes para observar os pontos baixos, também «para conhecer a natureza dos povos é necessário ser-se príncipe, e para conhecer a natureza dos príncipes tem de se ser popular»<sup>6</sup>.

O grande objectivo do livro é aconselhar o Príncipe: e sobretudo aconselhá-lo sobre o modo de adquirir o poder ou sobre o modo de o conservar, quando recentemente adquirido.

Este é o único fim político que MAQUIAVEL toma em conta e considera - conquistar e manter o poder. Tudo o resto para ele é secundário. Por isso se tem dito que «O Príncipe» é uma «gramática do poder»<sup>7</sup> : pretende

<sup>4</sup> Ed. It., introdução; ed. P., p. 7.

<sup>5</sup> Cfr. NORBERTO BOBBIO, *La teoria delle forme di governo nella storia del pensiero politico*, ed. «G. GIAPPICHELLI», Turim, 1976, p. 80.

<sup>6</sup> Ed. It., introdução; ed. P., p. 8.

<sup>7</sup> MAX LERNER, introdução a *The Prince and the Discourses*, cit., p. XXXIV.

ensinar a usá-lo como os livros de gramática ensinam os segredos da linguagem.

A originalidade do «Príncipe» de MAQUIAVEL está em que ele quebra completamente com a tradição do pensamento político que o precedeu : quebra com a tradição de PLATÃO, de ARISTÓTELES e de CÍCERO, e quebra com a tradição medieval cristã.

Quebra com a tradição greco-latina clássica, na medida em que não situa o Estado perante o Mundo, nem perante o cosmos, não se preocupando minimamente com a existência de leis eternas e universais ou com qualquer referência ao direito natural, e também na medida em que opta pelo realismo político contra o idealismo ético.

E quebra com a tradição medieval cristã, na medida em que, além de omitir referências à lei natural, nunca fala em Deus, ignora as limitações morais dos governantes, aconselha muitas vezes a prática de actos imorais, e se esporadicamente fala na religião não é para lhe subordinar a política mas, bem ao contrário, para afirmar que a religião é útil ao Estado porque ajuda os povos a obedecer às leis<sup>8</sup>.

MAQUIAVEL é assim um inovador e, à sua maneira, um revolucionário : ele é, sem dúvida, «o primeiro analista moderno do poder»<sup>9</sup> ou, como já alguém lhe chamou, «o Cristóvão Colombo da política», pois descobre um mundo novo - o da política tal como ela é, e não como ela deveria ser<sup>10</sup>.

«O Príncipe» não é um livro teórico, nem em rigor uma obra de filosofia política : é um guia prático, é um manual com recomendações sobre a arte de governar. Mas o seu valor na História das Ideias Políticas é imenso, pelos caminhos novos que abriu à análise dos mecanismos do poder, e também pela desfaçatez com que ousou revelar na sua crueza a maldade que os homens usam uns para com os outros na actividade política.

Muitos autores o têm acusado, porém, de manifesta imoralidade, já que MAQUIAVEL se não limita a descrever a crueldade e a astúcia dos governantes, mas vai ao ponto de recomendar ao Príncipe que use esses métodos sob pena de fatalmente perder o poder. Veremos mais adiante se esta acusação é ou não fundada.

---

<sup>8</sup> Sober o brutal corte com o passado imposto por MAQUIAVEL em «O Príncipe» ver, entre muitos outros, MAX LERNER, *ob. cit.*, p. XXXI e segs.; LEO STRAUSS, *ob. cit.*, p. 272 e segs.; J. J. CHEVALIER, *Histoire de la pensée politique*, I, «Payot», Paris, 1979, p. 219 e segs.; e ISAIAH BERLIN, *The originality of Machiavelli*, in *Against the current. Essays in the History of Ideas*, «Oxford University Press», Oxford, 1981, p. 36 e segs.

<sup>9</sup> MAX LERNER, *ob. cit.*, p. XXVI.

<sup>10</sup> LEO STRAUSS, *ob. cit.*, p. 281.

**A noção de Estado.** - MAQUIAVEL é o primeiro autor a utilizar a palavra «Estado» com o sentido que ela assume actualmente. Isto coincide, aliás, com a época da história europeia em que não apenas o conceito, mas a própria realidade do Estado Moderno vem à luz e dá os primeiros passos. É a época do Renascimento, terminou a Idade Média, extinguiu-se o feudalismo, nasceram os primeiros Estados nacionais, o poder real conseguiu monopolizar o emprego da força pública ao serviço do bem comum : nasceu o Estado moderno. Pois é justamente nesta época que MAQUIAVEL utiliza pela primeira vez a palavra «Estado» no sentido actual de comunidade política soberana na ordem interna e na ordem internacional. Recorde-se que anteriormente esta palavra não era usada neste sentido : os gregos falavam antes em *pólis* e os romanos em *respublica*<sup>11</sup>.

Mas, é claro, o Estado no Renascimento é um conceito que ainda se não destacou dos próprios homens que o governam. O Estado é, pois, o Estado monárquico : é o principado, é o poder real, é o «absolutismo principesco»<sup>12</sup>.

**Classificação dos regimes políticos.** - Como vimos, os autores clássicos e medievais apresentavam classificações *tripartidas* dos regimes políticos : era assim em PLATÃO, era assim em ARISTÓTELES, era assim em S. TOMÁS DE AQUINO. MAQUIAVEL, porém, apresenta pela primeira vez uma classificação *bipartida* - isto é, apenas com dois termos - e que, na base do critério que ele adopta, nunca mais será abandonada até aos nossos dias. É a classificação em «Repúblicas» e «Principados» ou, como hoje diríamos, em «República» e «Monarquia»<sup>13</sup> : a monarquia é governada pela vontade de um só indivíduo (soberano singular), a república é dirigida por uma vontade colectiva - seja de poucos, seja de muitos (soberano colectivo).

Exemplos de monarquias eram os reinos de Espanha, França ou Inglaterra; exemplos de repúblicas eram as cidades de Florença, Génova ou Veneza.

MAQUIAVEL tinha-se ocupado já das «repúblicas» na sua obra anterior, os «Discursos sobre os primeiros dez livros de Tito Lívio».

Agora, em «O Príncipe», ele vai tratar sobretudo das monarquias, ou principados, afirmando claramente que o seu objectivo fundamental é

<sup>11</sup> V. NORBERTO BOBBIO, *La teoria delle forme di governo*, cit., p. 67, e A. PASSERIN D'ENTRÈVES, *Dottrina dello Stato*, Turim, 1962, p. 47 e segs.

<sup>12</sup> MARCEL PRÉLOT-G. LESCUYER, *ob. cit.*, p. 141 e segs.

<sup>13</sup> Ed. It., cap. I; ed. P., p. 8.

determinar qual é a essência dos principados, quantas espécies de principados existem, como se adquirem, como se mantêm e porque se perdem<sup>14</sup>.

Aqui se nota a mentalidade científica, na sua vertente classificatória, baseada em tipologias induzidas a partir da realidade, que vimos ter sido uma das grandes inovações de ARISTÓTELES.

Esclareça-se, para terminar, que a correspondência entre a classificação tripartida dos clássicos e a classificação bipartida de MAQUIAVEL se estabelece do modo seguinte : à monarquia dos primeiros corresponde o principado do segundo; quanto à república do Secretário Florentino, abrange tanto a aristocracia como a democracia dos clássicos<sup>15</sup>. Por isso MAQUIAVEL distingue entre as repúblicas aristocráticas e as repúblicas populares, ou democráticas.

Um outro aspecto bastante curioso da classificação de MAQUIAVEL é o de que, contrariamente a ARISTÓTELES e a S. TOMÁS DE AQUINO, o Florentino não distingue entre formas de governo boas e más, ou sãs e degeneradas. O ponto é inteligentemente sublinhado por BOBBIO : para MAQUIAVEL todos os regimes políticos são legítimos, não há formas de governo ilegítimas, o que há é umas mais convenientes do que outras, conforme as circunstâncias.

MAQUIAVEL não faz juízos morais : para ele não tem sentido distinguir entre rei e tirano : o príncipe é bom ou mau, não em função de critérios éticos, mas em função do êxito político. Bom é o príncipe capaz de conquistar o poder e de o manter por muitos anos; é mau o príncipe que não chega a possuir o poder ou que o perde a curto prazo.

A classificação aristotélico-tomista em formas de governo sãs e degeneradas tinha um fundo moral - as primeiras eram louváveis, boas, as segundas eram criticáveis, más. MAQUIAVEL corta também com esta tradição. Para ele, não há na política juízos éticos : o único critério é o do sucesso político. Não importa se os príncipes usam ou não a crueldade : o que conta é se a crueldade foi bem usada e teve êxito, ou foi mal usada e fracassou<sup>16</sup>.

**A melhor forma de governo.** - Se é certo que MAQUIAVEL não distingue entre formas de governo sãs e degeneradas, isso não quer dizer,

<sup>14</sup> Ed. It., caps. I e II; ed. P., p. 8-9.

<sup>15</sup> NORBERTO BOBBIO, *La teoria delle forme di governo*, cit., p. 68.

<sup>16</sup> NORBERTO BOBBIO, *ob. cit.*, p. 74-75.

todavia, que ele não afirme as suas preferências. Fá-lo, como já demos a entender, por critérios de conveniência política e não por critérios morais.

Vejamos as suas ideias sobre a matéria.

Em princípio, e como regra geral, MAQUIAVEL prefere a República. Vê-se isso, permanentemente, ao longo dos *Discorsi*. Prefere-a por se tratar de um «governo livre», isto é, do governo que melhor defende a liberdade<sup>17</sup>.

E também porque, segundo ele, a Monarquia tem diversos inconvenientes de peso : na verdade, a monarquia depressa se transforma de electiva em hereditária e, nesta, surge com frequência o fenómeno dos filhos que degeneram dos seus pais, e que se entregam ao luxo, ao egoísmo e a toda a espécie de prazeres. Assim, os príncipes atraem sobre si o ódio geral. Do ódio nasce o medo. E o medo, mais cedo ou mais tarde, conduz sempre à tirania, a qual se caracteriza pela instabilidade<sup>18</sup>.

MAQUIAVEL prefere, pois, a República. Mas qual delas, uma vez que há várias?

Para o Florentino, há duas modalidades de República - a *República aristocrática*, governada pelos nobres, e a *República democrática* (ou «governo popular»), governada pelo povo. Da primeira dá como exemplos Esparta, na antiguidade, e Veneza, no seu tempo; da segunda, o grande exemplo é a República Romana<sup>19</sup>.

MAQUIAVEL discute, objectivamente, as vantagens e inconvenientes de cada um destes tipos<sup>20</sup>. E chega à seguinte conclusão : se o que se pretende é uma República que mantenha o seu território e que se confine à sua própria preservação, é o exemplo de Esparta e de Veneza que deve ser seguido; porém, se se quer uma República que se dedique à expansão, à descoberta e à conquista de novos domínios, então o exemplo a seguir é o de Roma<sup>21</sup>. Porque para garantir a expansão é necessário um grande exército, e para ter um exército numeroso sempre pronto a agir é indispensável dar uma ampla base popular ao governo; no caso contrário, a forma de governo pode basear-se numa elite restrita e seleccionada<sup>22</sup>.

---

<sup>17</sup> *Discourses on the First Ten Books of Titus Livius*, ed. A., I, cap. V.

<sup>18</sup> Sobre os inconvenientes da Monarquia ver os *Discourses*, ed. A., I, cap. II.

<sup>19</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. V.

<sup>20</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. V.

<sup>21</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. V.

<sup>22</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. IV.

Tendo apresentado a sua preferência política pela República, MAQUIAVEL reconhece no entanto que há casos em que o governo forte de um só homem é absolutamente necessário. Esses casos são três.

Primeiro, a fundação de um novo Estado : «temos de aceitar, como uma regra geral, que nunca ou raramente acontece que uma república ou uma monarquia seja constituída ( ... ) senão por acto de um único indivíduo apenas»<sup>23</sup>. Porque «a organização inicial do que quer que seja não pode ser determinada por muitos, dado que a divergência das suas opiniões impede-os de concordar sobre o que é melhor»<sup>24</sup>.

O segundo caso é o da reforma integral das instituições de um Estado já existente : também aqui MAQUIAVEL entende que a acção enérgica de um governante individual é a única forma de ter êxito. Porque se existe uma oligarquia em que o governo está reservado a uns quantos, «não é possível promover os interesses de muitos contra a vontade de poucos», a não ser que o reformador chame a si todo o poder e mediante a concentração total da autoridade nas suas mãos faça as reformas que tem a fazer.

Nestes dois casos - fundação de um Estado, reforma integral das instituições - a Monarquia é preferível e o príncipe pode usar de todos os meios, mesmo violentos, para atingir os seus fins. Rómulo matou Remo para fundar Roma, e deve ser absolvido do seu crime porque o praticou para o bem de todos: se o acto o acusa, o resultado excusa-o<sup>25</sup>.

Uma terceira hipótese em que MAQUIAVEL aposta claramente no poder pessoal é a de haver circunstâncias extraordinárias de grave perigo público que levem os órgãos constitucionais normalmente competentes a confiar a salvação da Pátria a um homem providencial por um período determinado, durante o qual ele fica legalmente autorizado a usar de plenos poderes para restabelecer a normalidade da vida colectiva : era o que na antiga Roma se chamava a *ditadura*.

Esta palavra não tinha então o significado que hoje tem : não era um regime ilegítimo, mas um remédio temporário legitimamente instituído para sair de ocasiões de crise. MAQUIAVEL faz o elogio desta instituição romana, e entende que todos os regimes precisam dela. Porque, em circunstâncias excepcionais de perigo público, «a estrita observância das leis estabelecidas exporá o país à ruína»<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. IX.

<sup>24</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. IX.

<sup>25</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. IX.

<sup>26</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. XXXIV.

MAQUIAVEL não considera a ditadura como uma forma de Monarquia; mas acha-a bastante semelhante, por isso lhe chama um «poder quase real»<sup>27</sup>.

Numa palavra : MAQUIAVEL prefere a República, mas admite que em certos casos é melhor a Monarquia. Como disse alguém, para ele a forma de governo ideal é a República sempre que possível, e a Monarquia sempre que necessário<sup>28</sup>.

**A política como ciência.** - MAQUIAVEL é sem dúvida o segundo grande politólogo (ou cientista da política) da história, logo a seguir a ARISTÓTELES. Porque adopta um método científico de observação da realidade política, porque purifica o método com que a política é analisada, e porque procura estabelecer as leis naturais da política - ou seja, as leis que retratam a forma como os fenómenos políticos acontecem e as razões por que acontecem -, em lugar de procurar deduzir os deveres morais impostos aos governantes pela Religião, pela Ética ou pelo Direito Natural.

O ponto essencial do método de MAQUIAVEL é o da observação da realidade : «pareceu-me mais conveniente ir direito à verdade efectiva das coisas (*la vertà effectuale della cosa*) do que à sua imaginação»<sup>29</sup>. E esta observação da realidade, MAQUIAVEL fá-la, como já sabemos, quer através da leitura das «coisas antigas» - ou seja, o estudo da história -, quer através da experiência das «coisas modernas» - a experiência vivida por ele nos seus cargos, nas suas embaixadas, na sua vida.

MAQUIAVEL, repita-se, purifica o método da política. E, assim, reivindica a autonomia do fenómeno político - bem como a autonomia do estudo da política - em relação a outros fenómenos sociais, e em relação a outras disciplinas do pensamento<sup>30</sup>. Tal autonomia da política é afirmada e defendida pelo Secretário Florentino sobretudo em relação à moral.

Quando sustenta que não compete à política declarar que a tirania é vergonhosa, mas apenas analisar quais são os meios pelos quais a tirania pode ser adquirida ou perdida, MAQUIAVEL está obviamente a libertar a ciência política das ciências morais, optando pela autonomia do fenómeno político.

<sup>27</sup> *Discourses*, ed. A., I, cap. XXXIV.

<sup>28</sup> SABINE e THORSON, *A History of Political Theory*, 4ª ed., «Holt-Saunders International», Hinsdale-Illinois, 1973, p. 326.

<sup>29</sup> Ed. It., cap. XV; ed. P., p. 70.

<sup>30</sup> Foi BENEDETTO CROCE, conhecido politólogo italiano, quem primeiro sublinhou claramente, em 1925, como MAQUIAVEL estabeleceu a autonomia da política e do político : cfr. CONAL CONDREN, *Marsilius and Machiavelli*, in ROSS FITZGERALD, *Comparing political thinkers*, ed. «Pergamon Press», Sydney, 1980, p. 103 e nota 26.

Quando chama a atenção para que é um erro propor como meios de conservação dos Estados métodos que serão instrumentos da sua destruição, ou quando considera ser falso dizer que um príncipe pode manter o poder pela justiça e pela boa fé porque os factos provam o contrário, MAQUIAVEL está na realidade a situar-se como precursor da ciência política moderna - e não mais, como os seus antecessores haviam feito na época medieval, no campo da política concebida como um capítulo da Ética.

E quando, enfim, MAQUIAVEL entende que os políticos são julgados, não pela bondade ou maldade das suas acções, mas pelo êxito ou pelo fracasso da sua luta pelo poder, mostrando que o resultado final - conquistar e manter o poder - é a única coisa que conta em política<sup>31</sup>, o Secretário Florentino está efectivamente a colocar-se num campo totalmente novo da política como sector à parte, com as suas exigências e regras próprias, e com os seus particulares critérios de apreciação e julgamento.

Mas MAQUIAVEL não se limita a observar e a classificar a realidade. MAQUIAVEL procura descobrir as leis naturais da política.

**Formulação de leis naturais da política.** - Sem a formulação de leis que expliquem a causalidade dos fenómenos políticos, a política não pode naturalmente ser considerada como ciência. Ora, a este respeito, MAQUIAVEL dá mais um passo em relação a ARISTÓTELES.

ARISTÓTELES foi um cientista da política, porque observou desapaixonadamente a realidade, e porque a classificou, arrumando os factos, as situações, as Constituições e as experiências políticas, em diversas tipologias.

MAQUIAVEL dá um passo em frente e procura estabelecer algumas leis naturais da política, segundo o esquema lógico «quando acontece X, acontecerá necessariamente Y», ou «se se quiser que suceda Y, é necessário praticar X».

Vejamos um exemplo.

A propósito do problema de saber como se podem adquirir os reinos alheios e como se podem governar depois de adquiridos, MAQUIAVEL afirma : «( ... ) Os reinos de que se guardou memória foram governados de duas maneiras diferentes : ou por um príncipe e seus servidores, os quais, como ministros por sua graça e concessão, o assistem no governo do reino; ou por um príncipe e por barões, os quais ocupam a sua posição

---

<sup>31</sup> V. NORBERTO BOBBIO, *La teoria delle forme di governo ...*, cit., p. 75.

não pelo favor do príncipe, mas pela antiguidade do sangue. Estes barões têm os seus próprios Estados e súbditos, que os reconhecem como seus senhores e lhes dedicam uma afeição natural (...).

«Os exemplos destas duas espécies de governo são, na nossa própria época, o da Turquia e o do Rei de França (...).

«Quem considerar então estes dois Estados verá como é difícil de adquirir o Estado da Turquia; mas uma vez que ele seja conquistado, como seria muito fácil mantê-lo. Sob muitos aspectos, pelo contrário, seria bem mais fácil conquistar o reino da França, mas haveria dificuldade em mantê-lo.

«As causas da dificuldade de ocupar o reino da Turquia são que o invasor não poderia ser convidado por príncipes desse reino, nem esperar ver a sua iniciativa facilitada pela rebelião daqueles que rodeiam o príncipe, como é evidente pelas razões acima. Porque, sendo todos servos e dependentes, é mais difícil corrompê-los, e mesmo que fossem corrompidos, pouco efeito se poderia esperar daí, pois eles não seriam capazes de levar o povo com eles, pelas razões mencionadas.

«Assim quem quer que assalte a Turquia tem que estar preparado para encontrar as suas forças unidas, e tem que repousar mais na sua própria força do que nas desordens dos outros; mas, tendo conseguido conquistar o reino da Turquia e batê-lo na batalha, de modo a que ele não possa organizar um exército, então nada mais tem que recear, a não ser a família do príncipe, e se esta for extinta, mais ninguém há para temer, porque os outros não têm qualquer credibilidade perante o povo; e tal como o vencedor antes da vitória não podia pôr qualquer esperança nesses servidores, assim também não tem que ter medo deles depois da vitória.

«O contrário se passa no caso dos reinos governados como a França, porque aí é fácil entrar neles, conseguindo captar as simpatias de alguns barões do reino, uma vez que há sempre descontentes e também pessoas que desejam inovações. Estas, pelas razões apontadas, podem-te abrir o caminho e facilitar-te a vitória; mas, depois, se pretendes manter a possessão do reino, infinitas dificuldades surgirão, tanto daqueles que te ajudaram, como daqueles que tu tiveste de oprimir. Nem é suficiente eliminar a família do príncipe, porque subsistem sempre muitos nobres que tomarão a iniciativa de novas revoluções, e como não serás capaz de os contentar nem de os exterminar a todos, perderás o Estado logo que a ocasião surja»<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Ed. It., cap. IV; ed. P., p. 22-24.

Eis um exemplo típico do desenvolvimento do raciocínio de MAQUIAVEL, pelo qual ele estabelece uma série de regras baseadas na experiência histórica e actual, regras essas que procuram retratar o encadear mecânico dos fenómenos políticos, independentemente de juízos de valor.

A par destas leis, que são leis objectivas, meramente descritivas, outras vão já no sentido de dar ao príncipe certos conselhos, estabelecendo regras para a acção. Repare-se por exemplo nesta passagem tão conhecida e tão célebre, tipicamente «maquiavélica»: «Deve aqui ser notado que ao conquistar um Estado o conquistador tem de proceder de tal maneira que cometa todas as suas crueldades de uma só vez, para não ter de recorrer a elas todos os dias, e para assim se colocar na posição de, não tendo de estar constantemente a fazer alterações, poder sossegar o povo e captar as suas simpatias, favorecendo-o. Aquele que actuar de outra maneira, ou por timidez ou por maus conselhos, ver-se-á sempre obrigado a permanecer constantemente de faca na mão, e nunca se verá apoiado pelos seus súbditos, porque, estando estes constantemente a sofrer novos sacrifícios, não terão confiança nele. *Convém, pois, fazer o mal todo de uma vez para que, sendo suportado menos vezes, pareça menos amargo. E convém fazer o bem pouco a pouco, de forma a que ele possa ser melhor saboreado*»<sup>33</sup>.

**Nacionalismo.** - MAQUIAVEL foi «um nacionalista. Foi um nacionalista italiano «avant la lettre». Nesse tempo, como se viu, não havia na Itália um Estado nacional e unificado, havia apenas cidades-estados num contexto geral de pulverização política, o que tornava a Itália constantemente sujeita a invasões estrangeiras.

Durante a vida de MAQUIAVEL, a Itália foi invadida por franceses, espanhóis, suíços e alemães - e nenhuma das cidades tinha força para se lhes opor. MAQUIAVEL considerava que nisso tinha grandes culpas o Papado e que este era um grande obstáculo à unidade italiana, pois era demasiado fraco para a assegurar, e demasiado forte para a tolerar.

Então MAQUIAVEL torna-se o arauto de uma «Itália unida, armada e despadrada», afirmando mesmo: «amo a minha Pátria mais do que a minha alma». E para isso MAQUIAVEL retorna ao ponto central da sua obra: para que a Itália seja unida e forte, é necessário um príncipe. «Nenhuma província foi jamais poderosa e eficaz e feliz, salvo quando foi reunida toda inteira sob as leis de uma república ou de um príncipe». É, pois,

<sup>33</sup> Ed. It., cap. VIII; ed. P., p. 45-46.

necessário um príncipe - um rei ou um duque - que detenha o poder, que construa um Estado forte e que possua um exército nacional<sup>34</sup>.

A partir daqui, MAQUIAVEL vai entrar na parte mais conhecida e mais discutida da sua obra - aquela em que se desdobra numa série de conselhos que dá ao príncipe, se ele quiser adquirir e manter o poder político.

**A amoralidade política.** - MAQUIAVEL torna-se no grande arauto da «razão de Estado», isto é, da doutrina segundo a qual o Estado deve obedecer a regras próprias de acção, diferentes das que tradicionalmente foram ensinadas como moral aplicável aos indivíduos. Tudo o que for necessário para manter o poder é legítimo e deve ser feito, independentemente de ser ou não condenado pela moral, que segundo MAQUIAVEL só pode aplicar-se aos indivíduos na sua vida privada.

Diz ele que «muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos ou que nunca existiram na realidade; pois é tão diferente a forma como vivemos da forma como deveríamos viver, que quem substitui aquilo que tem de ser feito por aquilo que devia ser feito, aprenderá mais rapidamente a promover a sua própria ruína do que a sua preservação. Um homem que deseje fazer profissão de bondade em todas as coisas necessariamente ficará derrotado entre tantos que não são bons. Daí que seja necessário para um príncipe que deseje manter-se a si próprio aprender a não ser bom, e a usar ou não usar este conhecimento de acordo com as necessidades de cada caso»<sup>35</sup>.

Depois de enumerar as principais qualidades dos homens em geral - liberalidade, generosidade, piedade, fidelidade, coragem, humanidade, castidade, religiosidade, etc. -, MAQUIAVEL declara: «eu sei que todos admitirão facilmente que seria muito mais digno de louvor que um príncipe possuísse todas as qualidades acima mencionadas, que são consideradas boas, mas como elas não podem existir todas, porque a condição humana o não permite, é necessário que o príncipe seja suficientemente prudente para evitar o escândalo daqueles vícios que podem fazer-lhe perder o Estado»<sup>36</sup>. O Príncipe compreenderá «que algumas coisas que parecem virtudes levariam, se seguidas, à sua própria ruína, e outras, que parecem vícios, resultarão na sua maior segurança e bem-estar»<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> Ed. It., cap. XXVI; ed. P., p. 116 e segs.

<sup>35</sup> Ed. It., cap. XV; ed. P., p. 70-71.

<sup>36</sup> Ed. It., cap. XV; ed. P., p. 71-72.

<sup>37</sup> Ed. It., cap. XV; ed. P., p. 72.

Neste passo, está o fundamento da doutrina amoral de MAQUIAVEL que, conjugada com o princípio da razão de Estado, vai dar à célebre frase que simboliza o «maquiavelismo». MAQUIAVEL afirma textualmente :

«Nas acções dos homens, e sobretudo nas dos príncipes - onde não há tribunal para quem reclamar -, apenas se olha ao fim. Faça então o príncipe por vencer e manter o Estado, os meios serão sempre julgados honrosos, e louvados por todos»<sup>38</sup>.

Repare-se bem no essencial desta doutrina : nas acções dos príncipes apenas se atende ao fim a alcançar (conquistar e manter o Estado); se esse fim for atingido pelo Príncipe, todos os meios que ele tiver usado - ainda que ilegítimos - serão por todos considerados como honrosos e louvados.

Ou seja: *os fins justificam os meios*. É esta a essência do maquiavelismo : desde que se aceite um determinado fim a prosseguir, todos os meios são bons para o alcançar, mesmo que constituam actos imorais ou até crimes.

A partir destes fundamentos, toda a teoria da «razão de Estado» se desenvolve. Assim, o príncipe deve ser cruel quando necessário<sup>39</sup>; mais vale a um príncipe ser temido do que ser amado<sup>40</sup>; o príncipe deve usar da boa fé ou da má fé, conforme o que lhe for mais útil<sup>41</sup>; não é preciso ter todas as qualidades, o que é preciso é parecer tê-las<sup>42</sup>; algumas coisas que parecem virtudes levariam, se seguidas, à ruína, e outras que parecem vícios resultam em maior segurança e bem-estar do príncipe<sup>43</sup>; o príncipe deve entregar a outros a execução das tarefas impopulares, e conceder ele próprio os favores ou benefícios<sup>44</sup>; um príncipe que deseje manter o Estado é frequentemente forçado a praticar o mal<sup>45</sup>; etc., etc.

De resto, *O Príncipe* está cheio de exemplos e frases que apontam no mesmo sentido : logo nas primeiras páginas, MAQUIAVEL escreve friamente que, em caso de anexação de um Estado por outro, para segurar o território anexado basta eliminar a família dos príncipes que o governavam<sup>46</sup>; poucas páginas volvidas, o autor acrescenta, sem hesitar

<sup>38</sup> Ed. It., cap. XVIII; ed. P., p. 82.

<sup>39</sup> Ed. It., cap. XVII; ed. P., p. 75.

<sup>40</sup> Ed. It., cap. XVII; ed. P., p. 75-79.

<sup>41</sup> Ed. It., cap. XVIII; ed. P., p. 79-82.

<sup>42</sup> Ed. It., cap. XVIII; ed. P., p. 81.

<sup>43</sup> Ed. It., cap. XV; ed. P., p. 72.

<sup>44</sup> Ed. It., cap. XIX; ed. P., p. 87.

<sup>45</sup> Ed. It., cap. XIX; ed. P., p. 89.

<sup>46</sup> Ed. It., cap. III; ed. P., p. 13.

um segundo, que «os homens devem ser acarinhados ou eliminados, porque se vingarão de pequenas injúrias mas não podem fazer o mesmo das grandes; assim, a injúria que se faz a um homem deve ser tal que não tenhamos de reccar a sua vingança»<sup>47</sup>; a seguir afirma, dentro da mesma ordem de ideias, que «quem quer que se torne senhor de uma cidade livre e não a destruir, pode aguardar ser destruído por ela»<sup>48</sup>; mais adiante, falando do caso de Remirro de Orco, «homem cruel e hábil», descreve todos os crimes por ele cometidos, nomeadamente assassinatos, para tomar o poder e mantê-lo, e conclui dizendo: «revendo assim todas as acções do duque, não encontro nada a criticar, antes pelo contrário, sinto-me levado a apontá-lo como exemplo a imitar»<sup>49</sup>; enfim, sublinhe-se a original distinção estabelecida por MAQUIAVEL entre «crueldades bem usadas» e «crueldades mal usadas»<sup>50</sup> - o mal não está, para ele, em o governante cometer uma crueldade, mas sim em usar mal a crueldade, e portanto perder politicamente. O mal, segundo MAQUIAVEL, não consiste em cometer um crime, consiste em praticar um erro político.

Por outro lado, MAQUIAVEL acrescenta ainda: «Há dois métodos de lutar, um pelo direito, outro pela força: o primeiro método é o dos homens, o segundo é o dos animais; mas como o primeiro é muitas vezes insuficiente, torna-se necessário recorrer ao segundo. É pois indispensável para um príncipe que ele saiba bem como usar tanto o método dos animais como o dos homens (...). Um príncipe é, pois, obrigado a saber bem como deve actuar como animal e, aí, deve imitar a raposa e o leão, pois o leão não sabe defender-se das ratoeiras, e a raposa não sabe defender-se dos lobos. O príncipe deve, pois, ser como a raposa para reconhecer as ratoeiras e como o leão para atemorizar os lobos»<sup>51</sup>.

E aqui MAQUIAVEL esclarece a essência do seu pensamento uma passagem fundamental: «se todos os homens fossem bons, este não seria um bom preceito; mas como eles são maus, e não usam de boa-fé para contigo, assim tu não estás obrigado a usar da boa fé para com eles»<sup>52</sup>.

Por conseguinte, «é bom parecer misericordioso, fiel, humano, sincero, religioso, e também é bom sê-lo; mas tu deves ter uma tal disposição de espírito que quando for necessário ser de outra maneira te

<sup>47</sup> Ed. It., cap. III; ed. P., p. 14-15.

<sup>48</sup> Ed. It., cap. V; ed. P., p. 26.

<sup>49</sup> Ed. It., cap. VII; ed. P., p. 39.

<sup>50</sup> Ed. It., cap. VIII; ed. P., p. 45.

<sup>51</sup> Ed. It., cap. XVIII; ed. P., p. 79-80.

<sup>52</sup> Ed. It., cap. XVIII; ed. P., p. 80.

sintas perfeitamente capaz de mudar para as qualidades opostas. É preciso que se entenda que um príncipe, e especialmente um novo príncipe, não pode respeitar todas aquelas coisas que são consideradas boas nos homens, uma vez que é muitas vezes obrigado, em ordem a manter o Estado, a agir contra a boa-fé, contra a caridade, contra a humanidade, e contra a religião. Assim, o príncipe deve ter o seu espírito disposto a adaptar-se de acordo com o vento, e de harmonia com o que as variações da sorte ditarem, e, como eu disse antes, não se desviar daquilo que é bom, se possível, mas ser capaz de fazer o mal, se necessário»<sup>53</sup>.

Eis a verdadeira essência da doutrina de MAQUIAVEL e daquilo que ficou conhecido como o «maquiavelismo»: em política deve-se praticar o bem quando possível, e fazer o mal sempre que necessário.

**Comentário.** - Importa aqui sublinhar, desde já, para além do vigor e da qualidade intelectual do pensamento de MAQUIAVEL, as três principais dimensões da sua obra.

Em primeiro lugar, MAQUIAVEL aparece-nos como um nacionalista italiano, muito antes da unificação da Itália - um homem que se bateu por uma causa que havia de triunfar, e que portanto viu certo e viu longe.

Em segundo lugar, MAQUIAVEL surge-nos com a grande estatura de um politólogo, um cultor da ciência política, aspecto em que atinge a sua maior dimensão: delimita e purifica o objecto e o método da ciência política; baseia a análise no estudo da realidade; e não se limita a explicá-la e a classificá-la, vai mais longe, procurando formular certas leis naturais da política.

A terceira dimensão é a do que ficou a ser conhecido por «maquiavelismo», ou seja, a «razão de Estado», a adopção de uma moral diferente para julgar a acção política, a absolvição dos comportamentos eticamente reprováveis dos governantes por terem em vista os interesses superiores da colectividade (*salus populi suprema lex*).

O «Príncipe» conheceu uma grande celebridade: como diz um autor, trata-se de «um dos seis livros que mais profundamente marcaram o pensamento ocidental»<sup>54</sup>.

A Igreja Católica condenou-o severamente e colocou-o no *Index* logo em 1559; todos os moralistas o atacaram, por vezes com extrema

---

<sup>53</sup> Ed. It., cap. XVIII; ed. P., p. 81.

<sup>54</sup> MAX LERNER, *Introdução ...*, cit., p. 30.

virulência<sup>55</sup>; e estas posições passaram das classes cultas para a sabedoria popular : ainda hoje em Inglaterra «old Nick» significa o Demónio!

Também os grandes representantes da Monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII atacaram vigorosamente MAQUIAVEL : o próprio Frederico o Grande, da Prússia, escreveu um Anti-Machiavel, publicado em 1740 por VOLTAIRE : este haveria de comentar lucidamente, contudo, que um bom discípulo de MAQUIAVEL teria sempre de escrever um livro condenando o «Príncipe» ... Ou, como alguém diria, não há nada de mais conforme ao maquiavelismo do que refutar MAQUIAVEL enquanto se é herdeiro da Coroa, e depois aplicar as suas máximas quando se chega a rei<sup>56</sup>.

Mas o mesmo não sucedeu noutros quadrantes e noutras épocas.

Logo em 1594 LIPSIVS, no *Politiorum*, defendeu MAQUIAVEL insistindo em que ele se limita a descrever os factos, mostrando como os políticos actuam, sem dizer como é que eles deveriam agir<sup>57</sup>. ROUSSEAU, no século XVIII, vem dizer que o que MAQUIAVEL pretendeu foi chamar a atenção do povo para a malícia e crueldade dos príncipes : «Fingindo dar lições aos reis, deu-as, e grandes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos»<sup>58</sup>.

No século XIX, os principais autores nacionalistas exaltaram ou mostraram compreensão por MAQUIAVEL, sobretudo na Alemanha (FICHTER, HEGEL) e na Itália (MAZZINI, CAVOUR), *et pour cause* ... E no século XX, todos os grandes líderes de movimentos totalitários leram e apreciaram *O Príncipe* : é o caso de LENINE e STALINE, de um lado, e de MUSSOLINI e HITLER, do outro.

Ainda hoje, já nos finais do século XX, as opiniões se dividem : «*O Príncipe* atormenta a humanidade há quatro séculos»<sup>59</sup>. Em polos opostos, mantêm-se os dois juízos contraditórios : segundo MUSSOLINI, *O Príncipe* é «um manual para estadistas»; de acordo com BERTRAND RUSSEL, *O Príncipe* é «um manual para gangsters»<sup>60</sup>.

Entre uma e outra opiniões, CASSIRER veio sustentar, em 1946, que «*O Príncipe* não é um livro moral nem imoral : é simplesmente um livro

<sup>55</sup> Ver, quanto ao nosso país, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*, Lisboa, 1974.

<sup>56</sup> Cfr. PAUL JANET, *Histoire de la Science Politique*, cit., vol. I, p. 586.

<sup>57</sup> Cfr. PAUL JANET, *ob. cit.*, I, p. 561 e segs.

<sup>58</sup> JEAN-JACQUES ROUSSEAU, *Le contrat social*, livro III, cap. VI.

<sup>59</sup> JEAN-JACQUES CHEVALIER, *Les grands oeuvres politiques - De Machiavel à nos jours*, p. 33.

<sup>60</sup> ISALAH BERLIN, *The originality of Machiavelli*, *ob. cit.*, p. 35.

técnico. E num livro técnico não procuramos regras de conduta ética, do bem e do mal. É suficiente que nos digam o que é útil ou inútil»<sup>61</sup>.

Que pensar de tudo isto?

Temos para nós que só é possível formular um juízo global sobre *O Príncipe* de MAQUIAVEL se se tiver presente, de uma forma rigorosa, aquilo que ele efectivamente diz - a tal «verità effectuale della cosa» a que ele próprio procura sempre referir-se.

Ora, tendo presentes as principais passagens do livro citado, parecemos relativamente fácil chegar a uma conclusão: MAQUIAVEL diz, claramente dito, que o fim justifica os meios, que o resultado político desculpa os crimes cometidos para o atingir, que o príncipe deve praticar o bem quando possível e o mal sempre que necessário.

Não há nestas máximas e na doutrina que elas condensam uma simples descrição, neutra e objectiva, dos actos ilegítimos praticados pelos governantes: há sim toda uma filosofia amoral que preconiza, que recomenda, que aconselha.

Como nota com grande perspicácia CASSIRER - neste ponto, cheio de razão - «nunca ninguém duvidou de que a vida política, na realidade, está cheia de crimes, batotas e actos ilegítimos. Mas nenhum pensador antes de MAQUIAVEL tinha compreendido a tarefa de ensinar a arte desses crimes. Essas coisas faziam-se mas não eram ensinadas»<sup>62</sup>.

Temos pois para nós que MAQUIAVEL não se limita a descrever o mal que os governantes fazem: ele não só os não critica como vai mais longe e, numa atitude sem precedentes, advoga e recomenda o uso do mal - do crime, da violência, da má fé - para fins políticos. E propõe-se ensinar todos os príncipes deste mundo a proceder dessa forma, sob pena de não terem êxito e de a sua acção política redundar em fracasso.

MAQUIAVEL não é, assim, apenas um defensor do amoralismo político: ele é também uma desculpa permanente para os detentores do poder. Como escreve JACQUES MARITAIN, «antes de MAQUIAVEL, os príncipes e conquistadores não hesitavam em recorrer em numerosas ocasiões à má fé e à perfídia ... Mas ao agirem assim eles sentiam-se culpados, tinham má consciência. Depois de MAQUIAVEL, todos eles terão boa consciência e estarão persuadidos de que cumprem o seu dever de chefes políticos»<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> ERNST CASSIRER, *The Myth of the State*, New Haven, «Yale University Press», 1946, p. 153.

<sup>62</sup> ERNST CASSIRER, *The Myth of the State*, cit., p. 150.

<sup>63</sup> Citado por MARCEL PRÉLOT-G. LESCUYER, *Histoire des idées politiques*, cit., p.

O grande problema filosófico que MAQUIAVEL colocou e a que ninguém pode esquivar-se de responder - por isso se diz que a sua doutrina é «uma espada cravada no corpo político da humanidade» (MEINECKE)<sup>64</sup> - é a questão de saber se os governantes estão isentos da moral comum, se há uma moral para os particulares em geral e outra para os políticos, se em política o único critério de julgamento dos governantes é o do êxito.

Como diz um autor, a questão de fundo é a de saber «até que ponto o êxito político desculpa o comportamento imoral», questão essa que continua tão actual e controversa hoje como no tempo de MAQUIAVEL<sup>65</sup>. Estará a política isenta do juízo ético?

Para quem entenda que só o sucesso conta, MAQUIAVEL terá razão. Há governantes que triunfam agindo contra a moral. Os manuais de história dedicam muitas páginas a chefes políticos bem sucedidos que basearam o seu êxito no crime, na violência e na má fé.

Mas, em nossa opinião, o sucesso político não é o único critério. A política não está isenta de juízos éticos de aprovação ou reprovação. Pode a reprovação moral ser feita em nome de valores religiosos ou em nome de valores humanos (por exemplo, os Direitos do Homem) : há sempre valores fundamentais que estão acima do poder político, e que permitem aferir da validade e da correção ética do comportamento dos políticos.

Quantos governantes não tiveram de se demitir ou não foram destituídos por se ter descoberto que cometeram uma fraude ou que praticaram um crime? Isto mostra que a moral interfere com a política e procura condicioná-la e civilizá-la. Nem sempre consegue : muitas vezes é a imoralidade política que prevalece. Mas a luta entre a moral e a política é incessante e, mesmo quando de momento é o maquiavelismo que triunfa, resta sempre o julgamento da História, que à distância raramente se engana.

Todo o governante tem a tentação de praticar o mal para se manter no poder : é o que se poderia chamar «o momento maquiavélico» da política<sup>66</sup>. Mas nem por ser uma inclinação natural ela deixa de ser condenável. Tão condenável como a tendência para usar um comportamento imoral no comércio, ou na vida empresarial, ou na medicina. Que dirá-

---

<sup>64</sup> Citado por ISAIAH BERLIN, *ob. cit.*, p. 39.

<sup>65</sup> ALISON BROWN, *Machiavelli, Niccolò* in *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*, Oxford, 1987, p. 305.

<sup>66</sup> Ver, J. G. A. Pocock, *The Machiavellian Moment*, Princeton, ed. «Princeton University Press», 1975, onde a expressão surge, porém, com outro significado.

mos nós de um livro em que um grande filósofo se propusesse ensinar os comerciantes a enganar os clientes, os patrões a enganar os trabalhadores ou os médicos a enganar os doentes? Não é aceitável, sobretudo no nosso tempo, que um governante use o assassinato, o roubo, a fraude, para se manter no poder ou para conduzir os negócios políticos do seu país. Uma coisa é a *habilidade política*, que é indispensável a qualquer governante, outra coisa é o *crime*, que mesmo em nome da razão de Estado não pode deixar de ser condenado a qualquer homem político. Ainda que apesar disso se consiga manter por muitos anos no poder, o nosso júízo será sempre de condenação.

*O Príncipe*, um livro técnico? Sem dúvida. Mas num domínio das actividades humanas que não pode ser imune aos ditames da ética. É portanto um livro técnico amoral: porque, a pretexto de descrever objectivamente como os governantes actuam no poder, aproveita para os ensinar a fazer aquilo que se abstém de recomendar que não façam<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Para mais análises à obra de MAQUIAVEL ver, *inter alia*, W. A. DUNNING, *A History of Political Theories*, vol. I, Londres, 1902, p. 285 e segs.; L. C. McDONALD, *Western Political Theory*, ed. «Harcourt Brace Joavanitch, Publishers», San Diego, 1968, vol. II, p. 189 e segs.; ROBERT HARIMAN, *Composing Modernity in Machiavelli's Prince*, in *Journal of the History of Ideas*, vol. L, 1989, p. 3 e segs.; e SEBASTIAN DE GRAZIA, *Machiavelli in hell*, Princeton, ed. «Princeton University Press», 1989.

## II

## OS DEVERES DO PRÍNCIPE CRISTÃO: ERASMO

**Vida e obra de ERASMO.** - ERASMO, nasceu em 1466, em Roterdão, na Holanda. Por isso se chamava ERASMO de Roterdão ou, em latim, *Desiderius Erasmus Roterodamus*. Morreu em 1536, em Basileia, na Suíça, com 70 anos de idade.

Era sacerdote, mais precisamente frade dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, e obteve o grau de doutor pela Universidade de Bolonha. Mas foi sobretudo um filósofo, um pedagogo, um moralista e um grande escritor da língua latina. É geralmente considerado o mais notável humanista europeu do século XVI, e o líder intelectual do seu tempo. Alguém lhe chamou «o Voltaire do Renascimento».

Deixou uma grande obra escrita, que inclui não apenas numerosos trabalhos da sua autoria, mas também dezenas de traduções de autores clássicos, tais como ARISTÓTELES, CÍCERO, SANTO AGOSTINHO, DEMÓSTENES, EURÍPEDES, OVÍDIO, PLUTARCO, etc.

Foi o principal expoente, no Renascimento, do humanismo cristão. Viajou muito : viveu por várias vezes em Inglaterra, França, Itália e Suíça. Era um homem universal : ele próprio afirmava desejar ser «cidadão do mundo» e declarou: «a minha pátria é o Universo». Curiosamente, sendo contemporâneo de MAQUIAVEL, não se conheceram. Todavia foi grande amigo de THOMAS MORUS, e foi também amigo, inicialmente, de LUTERO. Travou depois com ele forte polémica e, nunca tendo abandonado o catolicismo, rompeu com LUTERO em 1524<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A. COSTA RAMALHO, *Erasmus (Desidério)*, in «Enciclopédia Verbo», vol. 7, col. 758-761.

ERASMO manteve contactos e relações com vários portugueses da sua época, designadamente ANDRÉ DE RESENDE e DAMIÃO DE GÓIS, que viveu em casa dele algum tempo e foi seu amigo íntimo. ERASMO dedicou um dos seus livros a D. João III, em 1527.

Sacerdote, católico convicto, ERASMO foi no entanto um crítico da Igreja do seu tempo. Criticou a vida monástica, criticou o método escolástico, troçou das práticas supersticiosas de muitos fiéis, atacou a corrupção do clero, e preconizou o primado da espiritualidade pura e interior, em contraste com as formas externas de religiosidade vulgar que então predominavam.

Pela sua fidelidade ao catolicismo e à Igreja de Roma, o Papa ofereceu-lhe em 1535 o chapéu cardinalício : ERASMO contudo recusou, para não perder a sua liberdade de estudar e de escrever.

Era um autor muito popular na Europa do seu tempo, porventura o mais lido. Em Portugal considerava-se que ele era «outro SANTO AGOSTINHO», e os seus seguidores, aqueles que não abandonavam a Igreja, como LUTERO, mas a criticavam abertamente, formaram uma corrente que engrossou e a que se ficou a chamar o *erasmismo*.

O *erasmismo* foi muito seguido e também muito criticado, a ponto de que ERASMO foi suspeito de ter aberto o caminho a LUTERO e ao protestantismo. Em 1527 foi concretamente acusado por um teólogo alemão de «ter posto os ovos que LUTERO chocou»<sup>2</sup>.

Várias das suas obras foram incluídas em Portugal no primeiro rol dos livros proibidos de 1547. A Inquisição perseguiu religiosos que se reclamavam do «erasmismo» ou eram tidos como seus adeptos<sup>3</sup>. O próprio GIL VICENTE foi suspeito de erasmismo.

ERASMO de Roterdão não foi um escritor político, nem um teorizador da política. Mas deixou-nos algumas obras com reflexões políticas importantes, sobretudo pelo contraste com MAQUIAVEL, e que são «O Elogio da Loucura» (1509), «A Educação do Príncipe Cristão» (1516) e «A Lamentação da Paz» (1517)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> J. S. DA SILVA DIAS, *O erasmismo e a Inquisição em Portugal - O processo de Frei Valentim da Cruz*, Coimbra, 1975.

<sup>3</sup> J. S. DA SILVA DIAS, *O erasmismo e a Inquisição em Portugal - O processo de Frei Valentim da Cruz*, Coimbra, 1975.

<sup>4</sup> Ver MANUEL CADAFAZ DE MATOS, *Erasmus. Da sua modernidade*, Braga, 1987, e ROLAND H. BAINTON, *Erasmus da Cristandade*, Lisboa, ed. «Fundação C. Gulbenkian», 1988.

**O pensamento político de ERASMO. Ideia geral.** - ERASMO publicou a sua «Educação do Príncipe Cristão» três anos depois de MAQUIAVEL ter redigido «O Príncipe», mas muito antes de este haver sido editado em livro. São duas obras contemporâneas. Mas não podiam ser mais diferentes.

Onde MAQUIAVEL ignora a concepção religiosa do mundo e do homem, ERASMO afirma-a com todo o vigor. Onde MAQUIAVEL advoga a política liberta da moral, ERASMO subordina sempre a acção dos governantes aos ditames de uma ética exigente. Onde MAQUIAVEL propõe uma política de poder, ERASMO preconiza uma política de serviço. Onde MAQUIAVEL faz o elogio da guerra, ERASMO apresenta a apologia da paz.

O contraste não podia ser mais flagrante.

ERASMO vem mostrar, em contraponto a MAQUIAVEL, que o Renascimento, o mundo moderno, o humanismo quinhentista, a admiração pela Grécia e pela Roma antigas, o espírito crítico e a liberdade de pensar não tinham forçosamente que redundar na exaltação do poder pelo poder, na defesa da violência e do crime, na negação de toda e qualquer limitação moral dos governantes.

**A crítica dos príncipes no «Elogio da Loucura».** - O «Elogio da Loucura», obra publicada em 1509, e dedicada a THOMAS MORUS, é um livro que entre outras coisas constata e retrata os vícios característicos dos governantes. Como MAQUIAVEL, não os ignora nem esconde; mas, ao contrário dele, não os aceita, condena-os. Condena também a guerra, o amor próprio nacional, os erros e abusos dos Reis e dos Príncipes, bem como do Papa, dos Cardeais e dos Bispos, em tudo aquilo que em seu entender é de criticar.

Sobre os Reis e Príncipes, é particularmente significativa a seguinte passagem do «Elogio da Loucura»: «Tivessem eles um grão de bom senso, teriam então a vida mais triste e menos apetecida. Ninguém estimaria o império digno de ser obtido à custa do perjúrio ou do parricídio, se reflectisse no peso que cai sobre os ombros daquele que quer proceder como verdadeiro governante. Aquele que toma conta das coisas para governar não pode ter negócios privados para só pensar nos negócios públicos; das leis de que é autor ou exactor não se pode afastar à distância de um dedo; tem que exigir a integridade de todos na administração e na magistratura. Todos os olhares se voltam para ele, pois tanto pode ser o astro benéfico capaz de assegurar a salvação dos homens e da coisa pública, como o cometa fatal que arrasta as coisas perniciosas.

«Os vícios dos outros não têm tanta importância nem tanta influência; mas o príncipe ocupa um lugar tal que a mínima falta de honestidade serve de exemplo a muitos homens prestes à corrupção. Se bem que ao príncipe seja concedida a fortuna, isso não lhe afasta o perigo da ambição; entre os prazeres, a liberdade, a adulação, o luxo, tem que se defender acrememente e vigiar com solicitude, para não falhar no seu ofício.

«Enfim, vivendo entre insídias, ódios e outros perigos, e sempre receoso, sente acima da cabeça o verdadeiro Rei, que não tardará a pedir-lhe contas da mínima falta, e que será tanto mais severo quanto maior tiver sido o império»<sup>5</sup>.

Este o retrato ideal do Príncipe cristão, que ERASMO traça no «Elogio da Loucura».

Mas, na mesma obra, ERASMO faz o contraste entre aquilo que devia ser e aquilo que é, entre o *dever ser* e o *ser*. E, ao examinar a realidade do seu tempo, ERASMO verifica que a situação é bem diferente daquela que como ideal ele descrevera.

«Imaginaí agora o príncipe tal como ele costuma ser. Ignora as leis, é hostil à comodidade pública, porque mais pensa na sua privada comodidade: é dado às volúpias, odeia a erudição, a verdade e a liberdade, não se preocupa com a salvação da República, porque só tem na mente o desejo e a utilidade. Dai-lhe um colar de ouro, emblema da união de todas as virtudes, uma coroa com pedras preciosas por insígnias, para assim ele ficar advertido de que deve ser o primeiro de todos por um conjunto de virtudes heróicas. Acrescentai-lhe um ceptro, emblema da justiça de uma alma incorruptível, e por fim revesti-o de púrpura, indício da dedicação extrema à República. Se o príncipe comparasse todas estas insígnias com a sua vida, coraria, ao que me parece, e recearia sempre que um malicioso intérprete transformasse todo este culto trágico numa comédia hilariante»<sup>6</sup>.

Além desta, não deixa de ser também muito curiosa - e sintomática - a comparação que ERASMO faz entre a águia e o rei. Diz ele: «Examinemos com atenção a cabeça e os traços da águia, os seus olhos, a sua curvatura, e aí reconheceremos imediatamente a imagem de um rei. De todas as vezes, a águia foi a única que até hoje pareceu aos sábios o verdadeiro tipo de realeza. Ela não é bela nem musical, nem presta para ser comida, mas

---

<sup>5</sup> ERASMO, *O Elogio da Loucura*, 7ª ed., Lisboa, 1987, tradução de ÁLVARO RIBEIRO, p. 106-107.

<sup>6</sup> *Ob. cit.*, p. 108.

é carnívora, gulosa, ladra, destrutora, combativa, solitária, odiada por todos, e flagelo para todos»<sup>7</sup>.

**A «Educação do Príncipe Cristão».** - Como tantas vezes sucedia no seu tempo, ERASMO foi convidado para preceptor de um príncipe - o Arquiduque CARLOS DA ÁUSTRIA, futuro imperador CARLOS V. Foi para ele que redigiu, em 1516, a *Institutio Principis Christiani*, ou *Educação do Príncipe Cristão*.

Redigida em latim, ao gosto da época, esta obra não é propriamente um tratado de política, mas pode ser considerada como um compêndio de formação política. É uma obra pedagógica, justamente porque ERASMO, como preceptor de príncipes, procura através dos seus ensinamentos, da sua doutrina, da sua moral, tornar o príncipe cristão virtuoso e justo, como ele entendia que os príncipes deviam ser. Foi uma obra com bastante repercussão em toda a Europa, decerto bem maior no seu tempo do que a de MAQUIAVEL, e é particularmente significativa na medida em que contrasta frontalmente com «O Príncipe».

Ambos os livros se ocupam do príncipe : mas o de MAQUIAVEL descreve a actuação do príncipe baseada na razão de Estado, enquanto ERASMO descreve a actuação do príncipe baseada na doutrina cristã dos Evangelhos. MAQUIAVEL preconiza o amoralismo político, ERASMO defende uma espécie de «evangelismo político».

**Importância da educação do jovem príncipe.** - ERASMO começa este seu tratado pela afirmação de que um bom Príncipe se caracteriza pela capacidade de governar, e não pela sua linhagem, ou riqueza, ou aparência : «estátuas, ouro, pedras preciosas, não contribuem mais para o bom governo do Estado do que para a boa pilotagem de um navio»<sup>8</sup>.

Mas, observa ele, como a maior parte dos países adoptam como forma de governo a Monarquia hereditária, e nesta não há possibilidade de escolher a pessoa mais indicada para o lugar, a principal esperança em que surja no momento adequado um bom rei está na educação do jovem príncipe : a prioridade à sua boa educação compensa a falta do direito de escolha<sup>9</sup>. E, se não é possível escolher o príncipe, pelo menos é possível escolher com todo o cuidado o preceptor do futuro príncipe<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> M. PRÉLOT-G. LESCUYER, *Histoire des idées politiques*, cit., p. 166.

<sup>8</sup> DESIDERIUS ERASMUS, *The Education of a Christian Prince*, trad. por LESTER K. BORN, New York, ed. «Columbia University Press», 1936, cap. I, p. 140.

<sup>9</sup> *Ob. cit.*, I, p. 140.

<sup>10</sup> *Ob. cit.*, I, p. 140.

A educação do jovem príncipe é, pois, a chave do bom governo das monarquias. Por isso, segundo ERASMO, «importa que a mente do futuro príncipe, enquanto ainda está aberta e não moldada, seja preenchida com pensamentos salutares. Assim, as sementes da moralidade têm de ser lançadas no solo virgem do seu espírito de modo a que, a pouco e pouco, possam crescer e amadurecer através da idade e da experiência, e permaneçam firmemente implantadas para toda a vida»<sup>11</sup>.

«Não há melhor altura - acrescenta - para moldar e aperfeiçoar um príncipe do que quando ele ainda não realiza por si que é um príncipe. Esse período deve ser usado com diligência, não apenas para que ele se mantenha afastado de más companhias, mas também para que o príncipe fique imbuído de certos princípios morais bem definidos»<sup>12</sup>.

E ERASMO conclui este ponto, argumentando: «embora cada uma das grandes artes seja muito difícil, não há nenhuma mais fina e mais difícil do que a arte de bem govenar. Porque é que só no caso desta as pessoas acham que não é necessária nenhuma preparação, e consideram suficiente ter nascido para a função»<sup>13</sup>?

**Conteúdo da educação a dar ao príncipe.** - De seguida, ERASMO explica qual o conteúdo que em seu entender deve ter a educação a dar ao jovem príncipe.

O objectivo fundamental deve ser inculcar no jovem príncipe o sentido do Estado: «é preciso instilar nele a preocupação do Estado»<sup>14</sup>. O príncipe deve ser ensinado a contemplar, não os benefícios e privilégios que virá a ter por ser governante, mas sobretudo a maneira de poder «corresponder às esperanças do seu país»<sup>15</sup>.

De todas as coisas a ensinar ao jovem príncipe, a primeira de todas deve ser a história de Cristo: «deve-se dar-lhe a beber profundamente dos Seus ensinamentos». E, sobretudo, «o príncipe deve ser instruído em que os ensinamentos de Cristo se aplicam mais aos príncipes do que a qualquer outra pessoa»<sup>16</sup>.

Esta é esta ideia que aparece frequentemente ao longo da obra de ERASMO: o príncipe não é um ser à parte, isento dos deveres gerais do bom

<sup>11</sup> *Ob. cit.*, I, p. 140.

<sup>12</sup> *Ob. cit.*, I, p. 141.

<sup>13</sup> *Ob. cit.*, I, p. 143.

<sup>14</sup> *Ob. cit.*, I, p. 142.

<sup>15</sup> *Ob. cit.*, I, p. 144.

<sup>16</sup> *Ob. cit.*, I, p. 148.

cristão; ele é, antes de mais, um cristão como qualquer outro, sujeito a todos os deveres genéricos do cristão, e é, além disso, um cristão com responsabilidades especiais, pelo que tem também deveres especiais que acrescem aos deveres gerais do cristão comum. Ser príncipe não é ter menos obrigações morais do que o simples cidadão, é ter mais responsabilidades.

Há que imprimir na mente do príncipe a clara distinção entre o bem e o mal. A verdadeira honra dos príncipes é a que vem da virtude e da prática de boas acções - e não do número de estátuas, ou da linhagem de família, ou das pompas e riquezas<sup>17</sup>. O dever do príncipe é ter em conta o bem-estar do seu povo, mesmo que com o sacrifício da sua própria vida, se necessário<sup>18</sup>.

ERASMO, noutro passo da «Educação do Príncipe Cristão», completa o seu pensamento indicando expressamente quais as obras que o jovem príncipe deve ler. São elas, por ordem de importância : em primeiro lugar, os Provérbios e o Livro da Sabedoria, de Salomão; segundo, os Evangelhos; terceiro, os livros de Plutarco e de Séneca; quarto, a Política de Aristóteles; quinto, o *De Officiis* de Cícero; e sexto, a República de Platão<sup>19</sup>.

ERASMO admite que este tipo de educação se pode prestar a críticas: e aceita que se lhe diga que, dessa forma, não está a preparar um príncipe mas um filósofo. Responde no entanto com grande vigor, e na mais pura linha da tradição platónica, que as duas coisas não são contraditórias mas complementares: «não se pode ser um príncipe se não se for um filósofo; se não for um filósofo, o príncipe será um tirano»<sup>20</sup>. E esclarece que, para ele, filósofo não é o especialista em dialéctica ou em física, mas «aquele que sabe pôr de lado as falsas realidades e com espírito aberto procura e segue a verdade»<sup>21</sup>. Acrescenta que, para ele, ser filósofo e ser cristão é uma e a mesma coisa<sup>22</sup>.

**Exortação ao príncipe cristão.** - A dada altura, ERASMO pressupõe já formado o jovem príncipe e dirige-se-lhe na qualidade de monarca reinante, exortando-o a que se comporte como um príncipe cristão o deve fazer.

---

<sup>17</sup> *Ob. cit.*, I, p. 148.

<sup>18</sup> *Ob. cit.*, I, p. 149.

<sup>19</sup> *Ob. cit.*, II, p. 200-201.

<sup>20</sup> *Ob. cit.*, I, p. 150.

<sup>21</sup> *Ob. cit.*, I, p. 150.

<sup>22</sup> *Ob. cit.*, I, p. 150.

«Sempre que pensares em ti como príncipe, lembra-te de que és um príncipe cristão. Tu deves ser tão diferente de um príncipe pagão como um simples cristão o é de um qualquer pagão»<sup>23</sup>.

«O verdadeiro Cristão não é o que foi baptizado ou ungido, ou o que vai à Igreja. Mas o homem que abraçou Cristo nos mais íntimos sentimentos do seu coração, e que o imita nas suas boas acções»<sup>24</sup>.

«Tu obrigas os teus súbditos a conhecer e a obedecer às tuas leis. Com muito maior energia deverás exigir de ti próprio o conhecimento e a obediência às leis de Cristo, teu rei»<sup>25</sup>.

«Só há uma morte para todos - vagabundos e reis por igual. Mas o julgamento depois da morte não é o mesmo para todos. Ninguém é tratado com mais severidade do que os poderosos»<sup>26</sup>.

«Também tu tens de levar a tua cruz. «Qual é - perguntas - a minha cruz?» Dir-to-ei: segue o Direito, não faças violência a ninguém, não roubes ninguém, não vendas nenhum cargo público, não te deixes corromper por nenhuma forma»<sup>27</sup>.

«Não esqueças nunca que «domínio», «autoridade imperial», «reino», «majestade», «poder», são tudo palavras pagãs, não cristãs. O poder do governo num Estado cristão consiste apenas em «administração», «bondade» e «protecção»<sup>28</sup>.

«Que a preocupação com o Estado apague por completo as tuas ambições pessoais. Se tu não puderes defender o reino sem violar a justiça, sem provocar a perda de vidas humanas, sem grande dano para a religião, desiste - e sujeita-te às inconveniências da situação. Se tu não puderes proteger os bens dos teus súbditos sem perigo para a tua vida, coloca a segurança do povo antes da tua própria vida. Enquanto te fores conduzindo desta maneira, que é própria de um príncipe cristão, haverá muitos que te chamarão palerma e te dirão que não mereces ser príncipe. Aguenta com energia o teu caminho. É muito melhor ser um homem justo do que ser um príncipe injusto»<sup>29</sup>.

Compare-se esta ideia - mais vale ser um homem justo do que um príncipe injusto - com a doutrina maquiavélica - fazer o bem quando

---

<sup>23</sup> *Ob.cit.*, I, p. 152.

<sup>24</sup> *Ob. cit.*, I, p. 153.

<sup>25</sup> *Ob. cit.*, I, p. 153

<sup>26</sup> *Ob. cit.*, I, p. 154.

<sup>27</sup> *Ob. cit.*, I, p. 154.

<sup>28</sup> *Ob. cit.*, I, p. 175.

<sup>29</sup> *Ob.cit.*, I, p. 155.

possível, fazer o mal sempre que necessário -, e obter-se-á a noção clara do abismo de concepções que separa o secretário de Florença do humanista de Roterdão.

**O bom príncipe e o tirano.** - Toda a «Educação do Príncipe Cristão» está repassada, de uma ponta à outra, pela condenação frontal da tirania.

Logo na primeira página do primeiro capítulo ERASMO nos diz que se deve escolher para príncipe alguém com feitio pouco excitável para que não haja perigo de ele se transformar em tirano<sup>30</sup>.

Mais adiante, o nosso autor declara que, «só merecem o título de príncipes aqueles que governam o Estado não para si próprios mas para o bem da comunidade no seu conjunto»<sup>31</sup>. E logo acrescenta que «não há título mais honroso que o de «príncipe», nem expressão mais detestada e maldita que a de “tirano”»<sup>32</sup>.

Citando e retomando ARISTÓTELES, ERASMO comenta que o príncipe faz sempre a si mesmo a pergunta «Será isto para benefício de todos os meus súbditos?», enquanto o tirano só considera se o que vai fazer contribui ou não para o seu próprio interesse<sup>33</sup>.

E ERASMO faz o retrato do bom príncipe, primeiro, e do tirano, depois.

O bom príncipe é «mais parecido com um ser divino do que com um mortal : completo em todas as virtudes; nascido para o bem comum; enviado por Deus para ajudar às coisas dos mortais olhando por todos e cuidando de tudo; para quem nenhuma preocupação é mais querida ou duradoira do que a do Estado; que tem um espírito paternal para com toda a gente; que considera a vida de cada indivíduo mais preciosa do que a sua própria; que trabalha e pena noite e dia para um único fim - ser o melhor que puder para todos; que tem recompensas prontas para todos os homens bons e perdão para os maus, contanto que se emendem; que tanto deseja ser verdadeira ajuda para o seu povo, sem pensar em contrapartidas, que se necessário não hesitaria em cuidar do bem-estar de todos com risco para si mesmo; que considera como seus bens os benefícios conseguidos para o país; que está sempre alerta para que todos possam dormir descansados; que não se concede horas de lazer a si próprio para poder

---

<sup>30</sup> *Ob. cit.*, I, p. 139.

<sup>31</sup> *Ob. cit.*, I, p. 161.

<sup>32</sup> *Ob. cit.*, I, p. 161.

<sup>33</sup> *Ob. cit.*, I, p. 161.

usar a vida trabalhando pela paz do seu país; que se preocupa continuamente com tudo para que os seus súbditos possam viver em paz e em ordem. Das qualidades morais deste homem só depende a felicidade do Estado»<sup>34</sup>.

Diferentemente, eis o quadro do tirano : é uma «besta aterradora e odiosa, formada de um dragão, um lobo, um leão, uma serpente, um urso, e outras criaturas semelhantes; com seiscentos olhos, dentes por todos os lados, feio de todos os ângulos e com unhas de gancho; com uma fome nunca saciada, engordado por entranhas humanas, e por sangue humano; nunca dorme, e ameaça constantemente a vida e os haveres de todos os homens; perigoso para toda a gente, e especialmente para os bons; uma espécie de flagelo fatal para o mundo inteiro, a quem todo o que tem os interesses do Estado no coração dedica ódio e abominação; que não pode ser suportado pela sua monstruosidade, e no entanto também não pode ser derrubado sem grande dano para a colectividade, porque a sua maldade assenta na força das armas e na riqueza»<sup>35</sup>.

E as comparações concluem assim : «o governo do tirano é marcado pelo medo, pelo engano e por maquinações maléficas; o príncipe governa pela sabedoria, pela integridade e pela beneficência. O tirano usa o seu poder imperial para si próprio; o príncipe usa-o para o bem do Estado. O tirano garante a sua segurança através de estrangeiros e mercenários; o príncipe sente-se seguro pela bondade para com os seus súbditos e pelo amor deles para consigo»<sup>36</sup>.

O bom príncipe deve ter para com o seu povo a atitude de um bom pai de família - pois não é o reino uma grande família? E não é o príncipe um pai para todos?<sup>37</sup>.

Não há nada pior que uma tirania. O que vale é que nenhuma tirania dura por muito tempo; as tiranias estão condenadas a dissolver-se. Ninguém se pode sentir são e salvo, se a maioria do povo o deseja ver afastado do poder<sup>38</sup>.

**A melhor forma de governo.** - ERASMO, já o dissemos, não escreveu um tratado de teoria política. Por isso, preocupa-se relativamente pouco com a teoria das formas de governo. Basicamente aceita nesse capítulo a doutrina de ARISTÓTELES e de S. TOMÁS DE AQUINO.

---

<sup>34</sup> *Ob. cit.*, I, p. 162-163.

<sup>35</sup> *Ob. cit.*, I, p. 163.

<sup>36</sup> *Ob. cit.*, I, p. 163.

<sup>37</sup> *Ob. cit.*, I, p. 170.

<sup>38</sup> *Ob. cit.*, I, p. 173.

E qual a melhor forma de governo?

ERASMO não mostra grandes hesitações a esse respeito : para ele «a melhor é a monarquia»<sup>39</sup>. E explica porquê: primeiro, porque é esse o consenso de quase todos os homens de bom conselho; e segundo, porque assim como Deus é só um e governa sozinho o universo, assim também as nações devem ser governadas por um príncipe<sup>40</sup>.

Mas ERASMO não é partidário da Monarquia absoluta, prefere uma forma mitigada. Com efeito - diz -, «se se pudesse encontrar um príncipe que fosse completo nas melhores qualidades, então seria apropriada a monarquia pura e absoluta». Mas se, pelo contrário, se conseguir apenas um «príncipe médio» - que é o que normalmente acontece -, «é melhor ter uma monarquia limitada, controlada e temperada pela aristocracia e pela democracia»<sup>41</sup>. É no fundo a ideia do *regime misto*.

A sua justificação para esta preferência é simples e clara : «nesse caso, não há oportunidade para a tirania se instalar; assim como os diversos elementos se equilibram uns aos outros, assim o Estado se manterá coeso sob tais controles»<sup>42</sup>. Aliás, acrescenta ERASMO, se o príncipe tiver os interesses do Estado no seu coração, um tal sistema de controles só o ajudará; mas se a sua atitude for outra, «é útil que o Estado quebre e elimine a violência de um homem só»<sup>43</sup>. É a teoria dos *checks and balances* defendida dois séculos antes da Revolução Americana.

**A defesa da paz.** - ERASMO, na grande tradição doutrinal vinda de SANTO AGOSTINHO, faz o elogio da paz, e exige em nome do Cristianismo que a paz impere na Europa do seu tempo, condenando a guerra, condenando as cruzadas, condenando mesmo a guerra contra os Turcos.

E é curioso sublinhar que também aqui ERASMO é o contraponto de MAQUIAVEL, que como vimos elogiava a guerra. ERASMO condena-a e afirma com ironia : *dulce bellum inexpertis*, ou seja «a guerra é doce para quem não a faz»<sup>44</sup>.

A guerra, para ele, não é uma necessidade, vem das paixões dos homens, e o Evangelho é uma doutrina de paz. Assim, ERASMO entende que não é pelo alargamento territorial, mas pela manutenção ou redução

<sup>39</sup> *Ob. cit.*, I, p. 173.

<sup>40</sup> *Ob. cit.*, I, p. 173.

<sup>41</sup> *Ob. cit.*, I, p. 173.

<sup>42</sup> *Ob. cit.*, I, p. 173.

<sup>43</sup> *Ob. cit.*, I, p. 174.

<sup>44</sup> O adágio *Dulce bellum inexpertis* foi depois escolhido para título de um opúsculo publicado por ERASMO em 1515.

do território, que se alcança a paz, a justiça e a concórdia. E vai ao ponto de dizer ao príncipe que não se importe se, para manter a paz, tiver de perder um pouco de território : pois quanto menor for o território em que ele reinar, menores serão as possibilidades de cometer injustiça relativamente à respectiva população.

ERASMO é muito incisivo neste ponto : quem declara as guerras são os príncipes, mas quem lhes sofre as consequências são os súbditos. E seria uma grande injustiça lançar sobre o povo todo o sofrimento de uma guerra por causa de razões que em regra nada tem a ver com os súbditos, mas apenas com os direitos - ou com os caprichos - dos príncipes.

«O príncipe compreenderá um dia que foi inútil alargar o território do reino e que o que no início parecia um ganho foi na realidade uma grande perda : mas entretanto muitos milhares de homens terão sido mortos ou empobrecidos»<sup>45</sup>. A maior parte das guerras têm lugar em virtude de disputas sobre os direitos ou alianças dos príncipes : «quão injusto seria manter esses direitos à custa de tão grande sofrimento para o povo e, enquanto tu procuras apenas um pequeno acréscimo para o teu poder, megulhar todo o reino no mais diabólico turbilhão»<sup>46</sup>.

ERASMO usa de todos os argumentos - evangélicos, teológicos, humanitários - para procurar demonstrar que a guerra é um flagelo, e a paz um dever, especialmente um dever do príncipe cristão. Mas não se limita a isto. Vai mais longe e preconiza alguns métodos para manter a paz e evitar a guerra.

O mais interessante desses métodos é a *arbitragem internacional*, isto é, a sujeição dos diferendo entre Estados a uma autoridade aceite pelas partes no conflito.

ERASMO propõe que a arbitragem dos conflitos entre príncipes cristãos seja confiada às autoridades eclesiásticas : «há inúmeros bispos, abades e homens avisados, e magistrados de confiança, por cujo julgamento o assunto poderá ser mais bem solucionado do que pela mortandade, espoliação e calamidade para o mundo»<sup>47</sup>.

E ERASMO conclui : «não há nenhuma paz, mesmo injusta, que não seja preferível à mais justa das guerras»<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> *Ob. cit.*, XI, p. 250.

<sup>46</sup> *Ob. cit.*, XI, p. 252.

<sup>47</sup> *Ob. cit.*, XI, p. 252-253.

<sup>48</sup> JEAN TOUCHARD, *Histoire des idées politiques*, p. 261. Sobre o tema da paz e da guerra ver JEAN-CLAUDE MARGOLIN, *Guerre et paix dans la pensée d'ÉRASME*, Paris, ed. «Aubier Montaigne», 1973.

**Comentário.** - Como por diversas vezes tivemos ocasião de sublinhar ao expor o pensamento político de ERASMO, o que mais impressiona, na obra deste autor, é o contraste total com «o Príncipe» de MAQUIAVEL. Como diz um autor, «MAQUIAVEL constatou (o mal) e aceitou. ERASMO constatou mas não aceitou»<sup>49</sup>.

ERASMO não faz um tratado de política, mas um tratado de moral. Constata o mal, não esconde que ele existe, mas não o aceita e muito menos o preconiza. Reconhece o que é, mas não abdica de indicar o que *deve ser*. Afirma portanto a primazia da moral sobre a razão de Estado. A política não pode ser amoral, deve ser profundamente impregnada pela doutrina do Evangelho.

Se MAQUIAVEL foi o doutrinador do amoralismo político, ERASMO foi, na mesma época, o doutrinador da moralidade política, da necessidade de antepor considerações morais à simples razão de Estado, e de subordinar o exercício do poder a critérios éticos.

Alguns comentadores acusam ERASMO de falta de originalidade política. Decerto assim é. Como nota um autor, nos tratados de educação dos príncipes o que mais importava não era ser original, mas dizer coisas óbvias e geralmente aceites<sup>50</sup>.

Sublinhe-se, todavia, a originalidade e o vigor das posições de ERASMO sobre a paz e a guerra : aqui, sim, ele é verdadeiramente original para a época.

A sua mensagem nem sempre foi seguida naquele tempo, como continua hoje a nem sempre ser acatada. Mas foi uma luz que, uma vez acesa, nunca mais deixou de brilhar, que inspirou muitos governantes de boa fé, e que não pode deixar de considerar-se como um ideal de extraordinária riqueza, não apenas sob o prisma religioso mas mesmo de um ponto de vista de ética cívica. Dele se reclamam ainda hoje muitos que, não sendo cristãos, reconhecem em ERASMO um ideal de moralidade política que ultrapassa as fronteiras de uma certa religião e de uma certa época histórica, porque é um valor perene e universal.

Decerto modo, porém, ERASMO no seu tempo está já algo ultrapassado. A comunidade cristã, como tal, encontra-se profundamente dividida em duas grandes famílias desavindas : a dos católicos e a dos protestantes.

---

<sup>49</sup> JEAN-JACQUES CHEVALIER, *Histoire de la pensée politique*, vol. I, p. 233.

<sup>50</sup> LESTER K. BORN, *Introduction à traduction americana da Educação do Príncipe Cristão*, cit., p. 43, nota 91.

ERASMO escreveu a «Educação do Príncipe Cristão» em 1516; a ruptura de LUTERO com Roma dá-se em 1520.

Enquanto doutrinador de uma certa forma de subordinação do príncipe cristão aos princípios do Evangelho, ERASMO será ultrapassado pelos acontecimentos. Mas não assim enquanto arauto de um princípio de moralidade política acima da razão de Estado. Neste capítulo e neste plano, ERASMO chega aos nossos dias, e decerto não morrerá conosco<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> A bibliografia sobre o pensamento político de ERASMO não é abundante: o comentário principal é a já citada *Introduction* de LESTER K. BORN, New York, 1936. Ver igualmente JEAN-JACQUES CHEVALLIER, *Histoire de la pensée politique*, vol. I, p. 233 e segs.; TRUYOL SERRA, *História de la Filosofía del Derecho y del Estado*, vol. II, 2ª ed., Madrid, 1982, p.22 e segs.; MARCEL PRÉLOT-G. LESCUYER, *Histoire des idées politiques*, 11ª ed., Paris, 1992, p. 166 e segs.; e JEAN ROUVIER, *Les grandes idées politiques - Des origines à J.-J. Rousseau*, Paris, 1973, p. 245 e segs.